

Servidores da Funai realizam paralisação de 24h

Em Manaus, a mobilização foi organizada pelo Sindsep-AM, seguindo orientação nacional



Na manhã desta quinta-feira (23), os servidores da Funai em Manaus iniciaram uma paralisação de 24 horas. O protesto pede justiça pelos assassinatos do servidor licenciado e indigenista Bruno Pereira, do jornalista britânico Dom Phillips, ocorridos no início deste mês, bem como pelo servidor Maxciel Pereira, em 2019; além da demissão do presidente do órgão, Marcelo Xavier, e a garantia de segurança para indígenas, indigenistas e servidores da Funai.

A ação no Amazonas foi promovida pelo Sindsep-AM, em referendo à decisão das entidades nacionais, como a Condsef, a Associação Nacional dos Servidores da Funai (Ansef) e Indigenistas Associados (INA). No início da paralisação, o sindicato ofereceu um café da manhã para as servidoras e servidores e promoveu uma discussão sobre a importância da mobilização como uma ferramenta para a garantia de direitos nesse momento de ataque à Funai e aos órgãos públicos. Estiveram presentes os secretários Jorge Lobado, Geralda Oliveira, Menandro Sodrê e Adminildo Lima dos Santos.

“Hoje, esse ato de paralisação que ocorre não só em Manaus, mas em todo o país. Precisamos estar todos unidos como servidores, inclusive de outros órgãos, para exigir que as nossas pautas sejam atendidas”, disse o secretário de Administração do Sindsep-AM, Jorge Lobato.

Após esse momento, os servidores se uniram em frente à sede da Funai e estenderam uma faixa de cerca de dois metros com as bandeiras de luta da paralisação. No cartaz, havia frases como “Justiça para Bruno e Dom” e “Fora Xavier e sua gestão anti-indígena”.

Estamos com esses servidores nessa ação direta, mas todo o órgão está parado, hoje. Estamos distribuindo também o manifesto nacional e teremos uma agenda de atividades ao longo do dia, como rodas de conversa sobre direitos indigenistas com professores da Universidade Federal do Amazonas, e da defesa jurídica de servidores com a assessoria do sindicato”, explicou a secretária de Assuntos Jurídicos do sindicato, Geralda de Souza Oliveira.

Tabatinga e Atalaia

Além do ato em Manaus, servidores de Tabatinga e de Atalaia do Norte também se manifestaram. A Comissão de Mobilização da greve, formada pelo Sindsep-AM, estava em contato com esses servidores do interior para alinhar as ações durante a paralisação e nos próximos movimentos.

Importante ressaltar que o também servidor da Funai, Maxciel Pereira dos Santos, atuava em Tabatinga quando foi assassinado em 2019. Até hoje o inquérito que investiga o homicídio está em aberto, motivo pelo qual a paralisação nacional também é um pedido de justiça por ele.

“No governo Bolsonaro, a situação da Funai se tornou pior, porque hoje o órgão tem uma política anti-indígena, inclusive de perseguição aos servidores. Mas é preciso dizer que historicamente a Funai é um dos órgãos mais sucateados do governo federal. Para se ter ideia, em 2015, o Sindsep comprava água mineral para os servidores da Funai. Eles trabalhavam com velas porque não havia dinheiro para pagar a energia. Uma piscina que havia na sede foi fechada após denúncia do sindicato porque era um criadouro de dengue”, comenta o secretário-geral licenciado, Walter Matos.

Ele lembra que, em 2012 e em 2015, houve um forte movimento grevista encabeçado pelo Sindsep nos órgãos públicos federais, incluindo a Funai, o que pôde garantir alguma melhoria salarial, apesar de problemas de infraestrutura e falta de pessoal terem continuado.



Esclarecimentos jurídicos

A assessora jurídica do Sindsep-AM, Auxiliadora Bicharra, também esteve presente no ato. Ela prestou esclarecimentos aos grevistas sobre os desdobramentos de um movimento de paralisação, como descontos no salário e ameaça de processos administrativos. Além disso, falou também sobre as ações que estão correndo atualmente no sindicato.

“Temos ação da contribuição do Plano de Seguro Social sobre 1/3 de férias que nos foi concedida pela Justiça e agora estamos na fase de execução. A ação coletiva visava garantir esse direito, mas agora no momento de recebimento dos valores os servidores precisam procurar a assessoria para entrarmos individualmente”, disse a advogada.

A doutora Auxiliadora também pontuou aos presentes sobre a ação que pede a restituição do imposto de renda sobre o auxílio-creche. “É necessário que mais servidores entrem com a ação para que consigamos avançar com essa pauta. Se a classe ganha, o direito é garantido a todos, mas você não vai deixar o seu colega lutando sozinho, certo?”, pontuou a assessora jurídica.



Pressão nacional por nova Funai

A paralisação nacional ocorrida na quinta-feira mobilizou 40 das 47 unidades da Funai no país. Em Brasília (DF), indígenas se uniram ao protesto e ecoaram canções ancestrais através de manifestações culturais. Os grevistas foram até a sede do Ministério da Justiça, na capital federal, e exigiram que o ministro Anderson Torres os recebesse, o que não aconteceu.

Uma comissão foi recebida pelo secretário-executivo adjunto do ministério, Washington Leonardo Bonini que disse não estar autorizado a assumir nenhum compromisso formal pelo governo. Desde as mortes de Bruno e Dom, as entidades nacionais representativas de servidores buscam uma audiência com o titular do Ministério da Justiça, já que a Funai é tutelada pela pasta. Esse ainda é o objetivo, por isso, a base do Sindsep-AM votou, em assembleia no dia 21 de junho, o nome do servidor Eduardo Aguiar para representar o Amazonas no futuro encontro com o ministro.

A organização Indigenistas Associados (INA) fez um compilado nas redes sociais dos protestos pelo Brasil. Nas imagens, servidores aparecem em frente às sedes da Funai nas capitais e em cidades interioranas, com cartazes destacando as bandeiras de luta da paralisação.

Em alguns locais, como no Mato Grosso, Goiânia, Santa Catarina e no interior do Amazonas, associações indígenas também se uniram à paralisação para cobrar por uma nova Funai, ou seja, diferente da gestão anti-indígena que se impõe atualmente.

Marco temporal

O ato nacional também pressionou o Supremo Tribunal Federal, que votaria a chamada "tese" do Marco Temporal na quinta-feira. Segundo essa ideia, proposta por ruralistas, indígenas só teriam direito a demarcação de terras se estivessem no território de interesse durante a promulgação da Constituição de 1988, ignorando que muitos povos foram expulsos de suas terras. O STF adiou o julgamento, mas a luta permanece.



#Justiça

